

Preterito mais que "prefeito"

Saúde
- 5 ABR 1994

O Sistema Único de Saúde (SUS) dá aos prefeitos encargo difícil, pesado e complexo, ou seja, a liderança do sistema de saúde de seu município. Essa responsabilidade precisa ser dividida com o Conselho Municipal de Saúde, que deve balancear cuidadosamente o que poderíamos denominar de produtores e consumidores.

Tal colegiado, conforme nossa opinião, requer participação não apenas de profissionais da área da saúde de cada município, para não correr o risco de se tornar uma câmara representativa de interesses e profundamente corporativo. O corporativismo tem sido péssimo, para não dizer fatal. Basta lembrar, como exemplo, a repetição de greves que prejudicam o coitado do usuário, quando os promotores desejam confrontar o governo.

Normalmente, nessas condições, os dirigentes não se sentem pressionados e, até ao contrário, talvez considerem que paralisações significam menos gastos. Assim, hospital semiparado consome menores recursos e o ônus político do não atendimento se reflete nos senhores e senhoras que não estão executando seus serviços. Com algumas exceções, e poucas, as greves no âmbito da saúde pública não conseguiram grandes resultados e colocaram os responsáveis contra a população, inclusive levando à decadência instituições antes bem reputadas. Salienta-

mos que, uma vez configurado o decaimento, é difficilimo romper o círculo vicioso: membros dedicados e briosos se demitem e quem fica é mais fraco, propiciando ruína, e o contexto infernal só não quebra quando uma profunda alteração

ocorre, indo da cúpula à base, se bem que isso raramente sucede no âmbito público.

Por favor, não interpretem essa opinião como cabal condenação dos movimentos reivindicatórios, já que alguns se afiguram justos. Mas é necessária maior criatividade para fazê-los, sem privilegiar o grevismo.

E aí vem ponto essencial: questões pertinentes à saúde precisam ser discutidas com a comunidade, merecedora dos préstimos daqueles que assumiram compromissos assistenciais. É imperioso que esteja no Conselho Municipal quem represente os usuários, para zelar pelos direitos deles, configurando a participação dos que constituem a razão de ser de um sistema de saúde, nunca abstrato e apto a prestar concreto auxílio a cidadãos. Está na hora de atribuir a estes, de fato, as prerrogativas da cidadania, podendo então dizer o que querem e se envolver nas dificuldades.

Sim, porque o diálogo tem de se

travar dentro do real. Saúde, como tantas coisas neste mundo, exige orçamento.

Em nível municipal é fácil estipular quanto está disponível. Há tudo o que o SUS paga por prestação de serviços e, tristemente, agora significa pouco. Há, outrossim, o percentual municipal destinado à saúde, que nunca deveria ser inferior a 10% do total. Há, complementarmente, alocação de recursos do Estado é de bolo inaugmentável decorre a sustentação financeira que demanda ordenação e prioridades, com transparência, de modo a estipular que terá lugar ampla vacinação de crianças ou dispêndio numa única cirurgia envolvendo alta tecnologia. Tanto uma como a outra ação são razoáveis, desde que a comunidade, depois de ouvida, por meio de órgão criteriosamente composto, aprove a estipulação de metas.

■ *Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak*
são médicos e professores universitários

**Saúde,
como tantas
coisas
neste mundo,
exige
orçamento**